



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

Processo nº: 4.885/20-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF

Assunto: Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP

Publicação: Pauta dispensada (art. 116, § 4º do Regimento Interno do TCDF)

Ementa: Autos instaurados, em cumprimento à Decisão nº 2.489/20-CPM, para averiguar a regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do **coronavírus**.

Remessa de informações pela jurisdicionada, noticiando a disponibilização, para apreciação do Tribunal, dos Termos de Colaboração nºs 1/20 e 2/20.

Ingresso da Representação nº 11/2020-G4P, de autoria do i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, acerca de possíveis irregularidades na execução de despesas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/20, celebrado entre a jurisdicionada e o Instituto Tocar, identificadas pela nobre Deputada Distrital JÚLIA LUCY.

A Instrução sugere o conhecimento da peça e o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP, posto que o ajuste em questão já está sendo analisado, deixando para momento posterior, após o exame dos fatos, a oitiva da jurisdicionada e do Instituto.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico, com acréscimo de envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à i. Deputada Distrital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame de regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do **coronavírus**, em atenção à Decisão nº 2.489/20-CPM (e-doc 87A03DEA-c), **in verbis**:

DECISÃO Nº 2.489/20 (CPM), de 1º.7.2020

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – autorizar que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 1.394/20¹ seja realizado em autos apartados; II – determinar à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que disponibilize a Corte acesso integral aos processos administrativos referentes ao Termo de Colaboração nº 01/2020, ao Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020 e a outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, enviando os respectivos links ou tabela contendo o número verificador dos documentos e os respectivos códigos CRC; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para adoção das medidas cabíveis.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.”

2. Comunicada do **decisum**, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal encaminhou, em 24.7.2020, o Ofício nº 1268/2020 – SEDES/GAB (e-doc 5E316326-c), informando a disponibilização dos Termos de Colaboração nºs 1/20 e 2/20 para apreciação desta Corte.

3. Nesta fase, analisa-se a admissibilidade da Representação

¹ Decisão nº 1.394/20-CRR: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] V – autorizar: [...] b) o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020; [...] Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

nº 11/2020-G4P, de autoria do i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (e-doc 3B097E26-e e anexos constantes dos e-docs 8C14BF22-e, E7A65C76-e, E8569554-e e 8C7A84A0-e).

4. Em síntese, o nobre Representante do **Parquet** de Contas, solicita a apuração das seguintes possíveis irregularidades relacionadas ao Termo de Colaboração Emergencial nº 1/20, celebrado entre a jurisdicionada e o Instituto Tocar, noticiadas pela i. Deputada Distrital JÚLIA LUCY:

a) presença de itens que compõem a estrutura de serviços (cama, travesseiro, jogo de cama e roupeiro) que tiveram seus valores considerados como locação, ao invés de aquisição, a despeito de a pesquisa de estimativa de preços ter sido feita a partir de certames destinados à compra dos artigos, com possível dano ao erário no montante de R\$ 211.228,80 e, caso confirmada a prorrogação do ajuste, de R\$ 422.457,20, falha que também teria sido constatada em outros itens, como ventiladores, mesas de escritório, computadores, máquinas de lavar, secadoras e geladeiras;

b) investimento por usuário do serviço, considerando a meta de atendimento de 200 pessoas pelo prazo de 90 dias, implicaria em um dispêndio mensal de R\$ 4.586,74 por vaga ofertada, o que superaria o valor de referência estipulado pela Secretaria (Anexo I² da Portaria nº 290/17, de R\$ 1.620,73).

c) as questões indicariam possível afronta aos princípios da economicidade e da eficiência, apresentando materialidade e relevância para fins de apuração por esta Corte.

5. Ao final, requereu-se o conhecimento da peça, a concessão de prazo para manifestação da jurisdicionada e do Instituto Tocar e autorização para a realização de procedimento de fiscalização com o fim de verificar os valores praticados no referido Termo de Colaboração.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 70/2020 –

² http://www.sedes.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Quadro_11435667_ANEXOS_DA_PORTARIA_290_Alterada_.pdf

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

DIASP2 (e-doc E99F26BE-e), de 14.9.2020, analisa a matéria, nos termos seguintes:

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - O Representante é legitimado?	SIM	Art. 230, §1º, IV, do RITCDF.
2.2 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.3 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.4 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.5 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.6 - As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (inciso I do §6º do art. 230 do RITCDF)	SIM	-
3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:		
Requisitos	S/N/NA	Motivação para negativa
3.1 Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230 do RITCDF?	NÃO	Os fatos apresentados pelo MPjTCDF já estão sendo verificados pelo Corpo Técnico em atendimento à Decisão TCDF 2.489/2020.
3.2 – Há necessidade de realização de inspeção	NÃO	-
3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF?	NÃO	-

CONCLUSÃO DESCRITIVA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

A Representação oferecida pelo Ministério Público junto ao TCDF refere-se à possível prejuízo decorrente da execução das despesas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento do DF e o Instituto Tocar. O mencionado ajuste tem por objeto a prestação de Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências, com finalidade de realizar acolhimento provisório, na modalidade de alojamentos, para a população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus. O serviço está sendo realizado no Autódromo Internacional de Brasília desde 07/04/2020.

2. Em suma, a Representação tem por motivação o Ofício do Gabinete da Deputada Distrital Lúcia Lucy³ o qual notícia sobre a discordância da Parlamentar no que concerne a metodologia adotada pela Secretaria para a realização de despesas ligadas à montagem/estrutura do serviço, tais como camas, roupeiros, travesseiros, entre outros. Pois, em que pese a pesquisa de preços da Jurisdicionada ter adotado como parâmetro a aquisição desses itens, a estimativa para o ajuste levou em conta a locação dos materiais, o que pode ter onerado o custo do serviço celebrado.

3. Além disso, o MPJTCDF identificou ausência nos documentos que dão base para a estimativa de valor total do ajuste da aplicação do valor de referência para o Serviço de Acolhimento Institucional, conforme previsto em Portaria da SEDES/DF, sendo possível que o custo do serviço celebrado no TC 01/2020 também tenha onerado os cofres públicos.

4. A Representação⁴ em exame preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno do TCDF, podendo, portanto, ser conhecida pelo Plenário.

5. Ademais, ressalta-se que conforme Parecer 232/2020⁵, também do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, o MPJTCDF já havia solicitado à Corte de Contas autorização do exame de regularidade do Termos de Colaboração voltado ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, inclusive quanto aos valores praticados, tendo em vista a representatividade do valor envolvido e a relevância do tema.

6. Nesse sentido, por meio do item V.b da Decisão 1.394/2020 o Tribunal autorizou “o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus,

³ e-DOC E8569554, peça 8

⁴ e-DOC 3B097E26, peça 11

⁵ Na ocasião, o Órgão Ministerial opinava sobre a diligência realizada pela equipe técnica referente à Inspeção de Termos de Colaboração da SEDES/DF com OSC's celebrados em 2016, Processo 28.759/2016 (e-DOC AC783459).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020”.

7. Tendo em vista que as fiscalizações relacionadas à emergência de saúde pública, decorrentes do novo coronavírus, têm sido tratadas com prioridade pela Corte de Contas, conforme previsto no art. 2º da Resolução TCDF 333/2020, o Tribunal por meio da Decisão 2.489/2020, acolheu sugestão do Corpo Técnico⁶ e decidiu “I – autorizar que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 1.394/20 seja realizado em autos apartados;”.

8. Assim, os presentes autos têm por finalidade atender à Decisão 2.489/2020, já estando assim atendido o requerido pelo MPJTCDF no que tange a autorização para realização de procedimento de fiscalização por parte do TCDF.

9. Nesse sentido, as questões levantadas na Representação 11/2020 – G4P, se admitida, serão incluídas na análise a ser realizada pelo Corpo Técnico deste Tribunal. Por esse motivo, entende-se que não se mostra necessária, neste momento, a oitiva da SEDES/DF e do Instituto Tocar, o que ocorrerá após o exame do Processo GDF SEI 00431-00004214/2020-91, referente à instrução do TC 01/2020 pela SEDES, já em análise pela Unidade Técnica, conforme deliberado na Decisão 2.489/2020.”

7. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. conhecer da Representação nº 11/2020 – G4P (e-DOC 3B097E26-e, peça 11);

II. autorizar o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.”

É o Relatório.

⁶ Informação 031/2020 – SEASP, peça 2, e-DOC E99BBFE3-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

VOTO

8. Cuidam os autos do exame de regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do **coronavírus**, em atenção à Decisão nº 2.489/20-CPM.

9. Nesta fase, analisa-se a admissibilidade da Representação nº 11/2020-G4P, de autoria do i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, na qual informa e solicita a apuração das seguintes possíveis irregularidades no Termo de Colaboração Emergencial nº 1/20³, firmado entre a jurisdicionada e o Instituto Tocar, identificadas pela i. Deputada Distrital JÚLIA LUCY:

a) presença de itens que compõem a estrutura de serviços (cama, travesseiro, jogo de cama, roupeiro) que tiveram seus valores considerados como locação, ao invés de aquisição, a despeito de a pesquisa de estimativa de preços ter sido feita a partir de certames destinados à compra dos artigos, com possível dano ao erário no montante de R\$ 211.228,80 e, caso confirmada a prorrogação do ajuste, de R\$ 422.457,20, a qual também teria sido constatada em outros itens, como ventiladores, mesas de escritório, computadores, máquinas de lavar, secadoras e geladeiras;

b) investimento por usuário do serviço, considerando a meta de atendimento de 200 pessoas pelo prazo de 90 dias, implicaria em um dispêndio mensal de R\$ 4.586,74 por vaga ofertada, o que superaria o valor de referência estipulado pela Secretaria (Anexo I⁴ da Portaria nº 290/17, de R\$ 1.620,73).

10. A Unidade Instrutória sugere o conhecimento da peça e o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, tendo em vista que o ajuste já está sendo avaliado, deixando para momento posterior a oitiva da jurisdicionada e do Instituto Tocar.

³ O Termo de Colaboração Emergencial nº 1/20, celebrado em 4.4.2020, com vigência de 90 (noventa) dias, pelo valor de R\$ 2.394.837,70, tem por objeto a prestação do “Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, cuja finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2020, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais”. (DODF nº 66, de 7.4.2020, pg. 42).

⁴ http://www.sedes.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Quadro_11435667_ANEXOS_DA_PORTARIA_290_Alterada.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

11. Passa-se à apreciação.
12. A Representação formulada pelo membro do douto **Parquet** especializado apresenta caracterização circunstanciada da situação, está redigida em linguagem clara e objetiva e acompanhada de indícios concernentes às irregularidades, se enquadrando nas competências desta Corte, logo, preenche os requisitos elencados no art. 230, § 1º do Regimento Interno do TCDF e pode ser conhecida.
13. Ademais, uma vez que os presentes autos foram instaurados para promover o exame da regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal em razão do coronavírus – o que contempla o Termo de Colaboração Emergencial nº 1/20 objeto da Representação – suficiente que os fatos narrados sejam acrescidos ao escopo da análise.
14. Por tal motivo, desnecessária a oitiva da jurisdicionada e do Instituto neste momento, pois será promovida após o término das apurações.
15. Por fim, faço acréscimo às propostas do Corpo Técnico para que se dê conhecimento deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida ao nobre Procurador e à i. Deputada Distrital JÚLIA LUCY.

Ante o exposto, VOTO, com acréscimo e ajustes redacionais, no sentido de que o Tribunal:

I. conheça da Representação nº 11/2020-G4P, de autoria do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (e-doc 3B097E26-e e anexos constantes dos e-docs 8C14BF22-e, E7A65C76-e, E8569554-e e 8C7A84A0-e), por preencher os requisitos de admissibilidade (art. 230, §1º, do Regimento Interno do TCDF);

II. autorize

a) a inclusão dos fatos narrados no escopo dos exames de regularidade que estão sendo efetuados nestes autos em atenção à Decisão nº 2.489/20;

b) a ciência da decisão que vier a ser proferida ao autor da Representação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7

Proc.: 4.885/20-e

c) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à i. Deputada Distrital Júlia Lucy;

d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2020.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator